



CÂMARA - CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 644
Maceió/AL, 26 de Maio de 2017
Projeto de Decreto Legislativo nº.
05/2017

Autor: Ver. Fátima Santiago

CONCEDE TÍTULO DE CIDADANIA

O PRESIDENTE FAZ SABER QUE O
PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE MACEIÓ APROVOU E ELE PRO-
MULGA O SEGUINTE DECRETO LE-
GISLATIVO:

Art. 1º – Fica concedido o título de Cida-
dão Honorário do Município de Maceió
ao eminente Doutor FERNANDO SÉR-
GIO TENÓRIO DE AMORIM, pelos re-
levantes serviços prestados à Sociedade
Maceioense.

Art. 2º – Este Decreto Legislativo entra
em vigor na data de sua publicação, revo-
gadas as disposições em contrário.

S.S. da Câmara Municipal de Maceió, 26
de Maio de 2017.

KELMANN VIEIRA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA e REDAÇÃO FINAL

PROCESSO nº 1319/17
PROJETO DE LEI nº 56/2017

AUTOR: Prefeitura Municipal de Maceió
RELATOR: Vereador Eduardo Canuto
ASSUNTO: Institui a Semana do Bebê.

Trata-se do Projeto de Lei de nº 56/2017,
que “Institui a semana do Bebê, que passa
a integrar o calendário oficial de eventos
do Município de Maceió e dá outras pro-
vidências.

Apreciada a matéria proposta pelo Poder
Executivo Municipal, constatamos a im-
portância do projeto, pois trata-se de uma
estratégia de mobilização social de cunho
mundial, sendo apoiada pela UNICEF
(Fundo das Nações Unidas para Crianças),
tendo como objetivo o direito à sobrevi-
vência e ao desenvolvimento de crianças
até 06 (seis) anos de idade, como priorida-
de na agenda dos municípios brasileiros.

Diante de tão relevante matéria, sem res-
salvas, opino pelo prosseguimento do cita-
do Projeto de Lei, para apreciação e vota-
ção no plenário desta egrégia casa.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2017.

Relator
Vereador Eduardo Canuto - PSDB

Votos Favoráveis Votos Contrários

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CUL-
TURA, TURISMO E ESPORTE.

PARECER
PROCESSO Nº 1224/2017

PROJETO DE DECRETO LEGISLATI-
VO Nº 04/2017
ASSUNTO: CONCEDE TÍTULO DE CI-
DADÃO HONORÁRIO DE MACEIÓ, A
DELEGADA DE POLÍCIA LUCI MÔNICA
MOURA RIBEIRO RABELO.
INTERESSADO: VEREADORA TERE-
ZA NELMA
RELATÓRIO: SILVÂNIO BARBOSA
DOS SANTOS

A Vereadora Tereza Nelma, apresen-
tou o Projeto de Decreto Legislativo Nº
04/2017, que concede o Título de Cida-
dão Honorário do Município de Maceió,
a Delegada de Polícia Luci Mônica Moura
Ribeiro Rabelo.

Na justificativa da proposta, a parlamen-
tar discorre que a homenagem é Sergi-
pana, natural de Aracaju, nascida em 6 de
outubro de 1972, casada com Anderson
Andrade Rabelo desde 1998, Delegada
de Polícia há 14 anos no Estado de Ala-
goas, residindo desde então na Capital
Alagoana, mãe do menino Lucas Ribe-
iro Rabelo – 12 anos (Alagoano). Fluente
em inglês e estudante da língua Francesa.
Experiências Profissionais: Delegada de
Polícia – Polícia Civil do Estado de Ala-
goas, atualmente Secretária Executiva de
Políticas Públicas – SSP/AL; Delegada
Geral Adjunta da Polícia Civil de Alagoas;
Professora de inglês da Escola de In-
diomas English Club – SE; Professora de
Direito Penal e Processo Penal do ALA-
GOAS CURSOS; Professora de Processo
Penal da FACIMA – Faculdade da Cida-
de de Maceió; Membro do CONSUPOC
– Conselho Superior da Polícia Civil de
Alagoas; Diretora da DEINFO – Direto-
ria de Estatística, Armas e Informática da
PC/AL (2008-2012); Membro do NIRCO
– Núcleo Integrado de Repressão ao Crime
Organizado; Membro do NIEJ – Núcleo
Integrado pela Eficiência da Justiça; Che-
fe de Gabinete da SEDS e Conselheira do
CONSEG – Conselho Estadual de Segu-
rança Pública.

Portanto, conceder tal honraria, é mais um
reconhecimento pelo seu compromisso
com o Cidadão Maceioense, a qual vem
contribuindo significativamente para a de-
mocracia e desenvolvimento da cidade de
Maceió, bem como para todo o Estado de
Alagoas.

Pelo exposto, opinamos favoravelmente
pelo seu prosseguimento normal.
Voto pela aprovação.

Maceió, 15 de Maio de 2017.
SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS
Vereador de Maceió

Votos favoráveis Votos contrários

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA e REDAÇÃO FINAL
PARECER

Processo: 1893/2017
Objeto: Projeto de Lei nº 078/2017
Autor: Executivo Municipal

EMENTA: “DISPÕE SOBRE AS DI-
RETRIZES PARA ELABORAÇÃO E E-
XECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁ-
ANUAL DE 2018 E DÁ OUTRAS PRO-
VIDÊNCIAS”.

Quanto ao mérito, o presente Projeto de
Lei Dispõe sobre as Diretrizes para Elab-
oração e Execução da Lei Orçamentária
Anual para o exercício financeiro de 2018
conforme determina a legislação vigente.

É da competência do Poder Executivo
iniciar o trâmite legislativo da matéria
em tela, nos termos do que preveem os
seguintes artigos da Lei Orgânica do Mu-
nicipio:

Art. 24. A Câmara Municipal reunir-se-á,
ordinariamente, em sessão legislativa anu-
al, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º
de agosto a 15 de dezembro.

§ 2º. A sessão legislativa não será inter-
rompida enquanto não tenha a Câmara
Municipal deliberado sobre o projeto de
Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 74. Leis de iniciativa do Poder Execu-
tivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§ 2º. A Lei de Diretrizes Orçamentárias
compreenderá as metas e as prioridades da
administração pública municipal, incluín-
do as despesas de capital para o exercício
financeiro subsequente, orientará a elabo-
ração da Lei Orçamentária Anual, disporá
sobre as alterações na legislação tributária
municipal e fixará a política de aplicação
financeira dos órgãos ou agências de fo-
mento e seu projeto deverá ser encaminha-
do à Câmara Municipal para apreciação
até 15 de maio de cada ano.

Ainda de acordo com a Lei Maior Muni-
cipal, em relação às competências da Câma-
ra Municipal:

Art. 18. Compete a Câmara Municipal de
Maceió:

Art. 19. Compete ainda à Câmara Muni-
cipal, com a sanção do Prefeito, dispor
sobre todas as matérias de interesse do
Município, especialmente sobre:

I - orçamento, operações de crédito e dívi-
da pública do Município;

O Regimento Interno da Câmara Muni-
cipal também trata do assunto, na parte dos
Procedimentos Especiais:

Art. 297. O Projeto de Lei de Diretrizes
Orçamentárias - LDO será encaminha-
do à Câmara Municipal pelo Prefeito até
15(quinze) de maio.

§ 1º. Recebido o Projeto, este será encami-

prazo sucessivo de 03 dias úteis emitirem
seus respectivos pareceres.

§ 2º. Esgotados os prazos para a apresen-
tação de pareceres, o Projeto será inclu-
do em regime de prioridade na Ordem do
Dia, cabendo a Comissão de Finanças,
Orçamento e Fiscalização Financeira, no
prazo de 10 (dez) dias úteis designar audi-
ência pública para discussão informal da
matéria, na forma do art. 310.

§ 3º. Caberá à Comissão de Justiça e Re-
dação Final a elaboração do texto final do
Projeto.

§ 4º. A Sessão Legislativa não será inter-
rompida sem a aprovação do Projeto de
Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 300. Aos Projetos Lei de Diretrizes
Orçamentária, Lei Orçamentária e Plano
Plurianual, aplicam-se as demais normas
referentes à elaboração legislativa, naqui-
lo que não contrariem o disposto neste tí-
tulo.

Parágrafo único. Em nenhuma fase de tra-
mitação dos Projetos de Lei constantes do
dispositivo anterior, conceder-se-á vista
dos processos a qualquer Vereador.

Art. 308. Os Projetos de Lei relativos ao
Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamen-
tárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos
Adicionais serão apreciados pela Câmara
Municipal com base nos arts. 76, 77, 78 e
79 da Lei Orgânica do Município.

Art. 310. A Câmara Municipal, através da
Comissão de Finanças, Orçamento e Fis-
calização Financeira, terá um prazo máxi-
mo de 10 (dez) dias úteis para realização
de audiência pública para discussão das
Propostas do Plano Plurianual, de Diretri-
zes Orçamentárias e Orçamentária anual,
convidando para esse fim, os Secretários
Municipais e especialistas representantes
da sociedade civil, nos termos estabeleci-
dos pelo artigo 48, parágrafo único, da Lei
Complementar nº 101, de 04 de maio de
2000.

Portanto conforme parecer da Comissão
de Constituição, Justiça e Redação Final
desta Casa Legislativa, o projeto obede-
ce aos requisitos de constitucionalidade,
legalidade e regimentalidade nas propo-
sições, não apresentando nenhum vício
de ordem formal ou material, e não en-
contrando impedimentos à sua tramitação
normal.

Sala das Comissões, em 18 de maio de
2017.

A COMISSÃO:

Ver. Fatima Santiago
Presidente